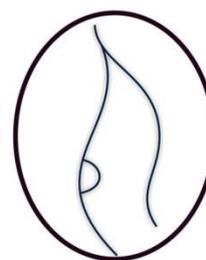




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 07, março de 2014.

O processo de patrimonialização no centro histórico de Porto Nacional – TO

Núbia Nogueira do Nascimento¹
Rosane Balsan²

Resumo

Trata-se de uma discussão sobre o processo de tombamento da cidade de Porto Nacional -TO. Com base em documentos formais que constituem a Ata de Tombamento do Centro Histórico e o Dossiê de Tombamento, fazemos uma reflexão sobre o atual contexto que a cidade se encontra. As Cartas de Atenas de 1931, a Carta de Veneza de 1964, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural em 1972 e a Declaração de Amsterdã realizada em 1975. Estas cartas patrimoniais foram de fundamental importância para a consolidação do Patrimônio Histórico e Cultural nos dias atuais, bem como a conservação e a valorização dos bens patrimoniais sejam materiais ou imateriais. Verificou-se também mediante algumas falas observadas na Ata de Tombamento a intervenção dos conselheiros presente na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN), no qual foi decidido o tombamento do Centro Histórico na cidade de Porto Nacional – TO no ano de 2008.

Palavras-chave: Geografia cultural. Patrimonialização. Tombamento. Porto Nacional-TO.

Abstract

This is a discussion on the process of overturning the city of Porto Nacional , TO. Based on formal documents constituting Minutes from Historic Downtown Tipping Tipping and Dossier , we reflect on the current context what the city is . Letters of Athens 1931 , the Venice Charter of 1964, the Convention Concerning the Protection of World Cultural and Natural Heritage in 1972 and the Declaration of Amsterdam held in 1975. These equity letters were crucial for the consolidation of Historical and Cultural Heritage in the present day , as well as the conservation and enhancement of heritage assets are tangible or intangible . There was also observed by some statements in the minutes Tipping the intervention of this 59th Meeting of the Advisory Council of Cultural Heritage (IPHAN) board , where it was held topple the History Center in the city of Porto Nacional – TO in 2008.

Keywords: Cultural geography. Patrimonialization. Tipping. Porto Nacional - TO.

¹ Mestranda em Geografia, Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialista em MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2011). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2009). Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal do Tocantins Campus Porto Nacional - TO.

² Doutora em Geografia (UNESP-Rio Claro). Docente da Graduação e da Pós-Graduação – Mestrado em Geografia - Universidade Federal do Tocantins – UFT.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir por meio de teorias e análises bibliográficas o processo de tombamento da cidade de Porto Nacional-TO, ocorrido no ano de 2008. Para este estudo além de consulta em revisões de literatura, foram analisados dois documentos de fundamental importância, no qual desencadeou o processo do tombamento do centro histórico de Porto Nacional: a Ata de Tombamento da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN) e o Dossiê de Tombamento. Neste sentido propomos uma discussão entre o atual Livro de Tombo dos bens patrimonializados no Brasil (1938-2012) pelo Iphan e a relação do patrimônio em Porto Nacional - TO, como bem de capital. Ressaltamos que após a divisão e a emancipação do Tocantins em 1989, podemos verificar que a única cidade de fato tocantinense que passou pelo processo de tombamento foi à cidade de Porto Nacional-TO, pois Natividade teve seu tombamento em 1987 ano que ainda Tocantins pertencia ao estado de Goiás. Com todos os questionamentos mencionados acima, cabe um indagação "A cidade de Porto Nacional foi tombada por uma votação unânime entre sociedade e gestores públicos ou foi apenas interesses políticos-econômicos?"

2. A Porto Nacional: a cidade e o tombamento

Localizado aproximadamente 60 km da capital Palmas – TO, Porto Nacional umas das cidades do estado do Tocantins que possuem um grande potencial em valor Histórico, Artístico, Cultural e Religioso. Para entender a gênese da cidade, afirma que a origem de Porto Nacional se deu por três acontecimentos. A chegada dos Dominicanos vindos da França, o surgimento da imprensa e os principais três jornais da época e a chegada de um médico à cidade (OLIVEIRA, 2010). Vários são os motivos para ser considerada uma das cidades mais representativas do estado em termos culturais, pois conta com uma forte tendência a religião, mas especificadamente o Catolicismo segundo o último senso de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com 944.467 habitantes adeptos a esta religião no Estado do Tocantins.

A cidade deve suas origens ao Ciclo do Ouro em Goiás, iniciado na primeira metade do século XVII e cujo auge se deu por volta de 1750. Inicialmente os bandeirantes, buscavam o aprisionamento de índios para o trabalho agrícola, em suas incursões pelo sertão goiano e mato-grossense acabaram descobrindo ouro e mudando o foco para as expedições para sua exploração.

Dessa forma, Porto Nacional nasce na rota de exploração aurífera no território antes pertencente ao Estado de Goiás, integrando uma rede de cidades fundadas a partir dessa temática (IPHAN, 2007).

Conforme o Livro de Tombo dos bens patrimonializados no Brasil na Classificação do Iphan (2013). Temos no quadro a seguir as denominações por regiões e a quantidade de bens tombados.

Quadro 1 – Relação da quantidade de Bens Tombados no Brasil e suas respectivas regiões

Região	Estados	Bens tombados	Percentual
Norte	Acre	1	11%
	Amapá	2	
	Amazonas	1	
	Pará	3	
	Rondônia	2	
	Tocantins	2	
Nordeste	Alagoas	6	86%
	Bahia	27	
	Ceará	11	
	Maranhão	4	
	Paraíba	8	
	Pernambuco	15	
	Piauí	6	
	Rio Grande do Norte	9	
	Sergipe	9	
Sul	Paraná	5	36%
	Rio Grande do Sul	23	
	Santa Catarina	8	
Sudeste	Espirito Santo	6	119%
	Minas Gerais	50	
	Rio de Janeiro	24	
	São Paulo	39	
Centro-Oeste	Distrito Federal	1	15%
	Goiás	8	
	Mato Grosso	4	
	Mato Grosso do Sul	2	

Fonte: IPHAN, 2013.

Nota: Adaptado por Núbia Nascimento.

No quadro apresentado anteriormente podemos observar a quantidade de bens tombados nas regiões e nas suas respectivas capitais. É importante salientar que o maior índice dos bens tombados no Brasil estão na região sudeste, com 119% sendo o estado de Minas Gerais com maior índice de bens

tombados, no total de cinquenta bens (inclui-se aqui os bens históricos, paisagísticos, etnológicos e arqueológicos). E o menor índice encontra-se na região norte, com 11%, sendo as capitais do Amazonas e o Acre com apenas um bem tombado e também na região centro-oeste a capital Federal, Distrito Federal com um bem tombado. A capital mineira a nosso ver justifica-se a quantidade de bens tombados, pois é uma das cidades mais antigas do Brasil, originados desde o século XVI, ali estão os vestígios da história e a memória do Brasil tanto na arte, arquitetura barroca, hábitos e costumes.

A quantidade de bens patrimonializados sejam monumentos, centros históricos entre outros, localizados nas cidades mineiras como: Ouro Preto, Mariana, ali estão vivas em termos de representatividade a história do Brasil. Ainda no livro de tombo do Iphan, observados no quadro 2, estão citados as futuras inserções para o tombamento de bens culturais e suas respectivas regiões.

Tabela 1 – Bens culturais aprovados em tramitação para futura inserção no livro de tombo do IPHAN

Região	Bens a serem tombados
Norte	2
Nordeste	7
Sul	4
Sudeste	6
Centro-Oeste	6

Fonte: IPHAN, 2013.

Nota: Elaborado por Núbia Nascimento.

Podemos observar que mais uma vez a região norte é a menos privilegiada, com apenas dois bens a serem patrimonializados, traz aqui a indagação, será que na região norte os bens culturais existentes em que constituem o Patrimônio Histórico do Brasil tem menos valor patrimonial que da região sudeste, por exemplo? “A cultura constitui-se de tudo que os homens adquirem no transcurso de sua vida” (CLAVAL, 2005, p. 90).

Recebemos um emaranhado de significativo de comportamentos, de saber fazer, de conhecimento e de crenças de nossos pais e das pessoas com as quais convivemos jovens: a cultura constitui-se por meio de objetos e ritos do passado, é um patrimônio; é a experiência individual e coletiva a maneira como reagimos aos eventos cotidianos, o que também integra o presente; a cultura consolida-se e se movimenta aos planos que os grupos sociais imaginam para o futuro. A cultura deve ser lida como uma noção dinâmica, que interliga o passado, o presente e o futuro (CLAVAL, 2005 apud COSTA; SCARLATO, 2012, p. 106).

Conforme a citação acima, podemos perceber que não existe lugar, região, cidade ou um monumento mais importante que o outro. Os valores culturais estão presente em cada indivíduo desde o seu nascimento, com suas crenças, costumes e valores, sejam eles adquirido ao longo da vida ou mesmo aqueles herdados pela família ao longo dos anos.

3. O processo de tombamento

O berço do conceito patrimônio, na França, teve "sua apreensão e significado evoluído pouco a pouco, do final do século XIX aos dias de hoje, passando da ideia de monumento histórico (isolado), para a preocupação com o tecido urbano, com o centro histórico das cidades" (COSTA, 2012, p. 11). Conforme o autor fica evidente que a cidade de Porto Nacional-TO teve o centro histórico tombado e não somente, um monumento em específico, por exemplo, a Catedral Nossa Senhora das Mercês, em função da descaracterização que malha urbana e seu entorno poderia sofrer com: construções de novos prédios, loteamentos, novas habitações entre outras ações que poderia degradar o campo visual e o bem cultural.

Ao discutir-se Patrimônio Cultural é importante entender o processo de evolução das Cartas Patrimoniais até os dias atuais. Várias foram as Cartas Patrimoniais, para este momento destacamos quatro. A primeira, Carta de Atenas em 1931, discutidos no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAMB), deu origem à Carta com o tema "a cidade funcional com a ocupação racional do solo urbano". Em que propunha algumas diretrizes:

Nega-se na Carta, o valor da manutenção dos centros históricos, dos conjuntos urbanos. Esse documento propunha a preservação de edifícios isolados, construções significativas, memória do passado, ao passo que quarteirões e edificações diferentes dos objetivados seriam devastados e suas áreas transformar-se-iam em campos verdes. (COSTA, 2012, p. 11).

Já a carta de Veneza de 1964 realizada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, vê o patrimônio como função útil à sociedade. Representa um documento termos de ampliação da preservação de patrimônio no urbano, assim:

A Carta compreende a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio, urbano ou rural, que representa um testemunho de uma civilização particular, de uma trajetória significativa, ou de um acontecimento histórico (aqui, fica

evidente a noção de conjunto e ampliação da preservação para uma maior porção do território urbano). (COSTA, 2012, p. 16).

A terceira, Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural ocorrido em 1972, com a “ideia de salvaguardar o patrimônio humano, da riqueza monumental e da humanidade” foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) identificar e propor lugares de interesse natural e cultural que devem ser protegidos pela Convenção do Patrimônio Mundial, inscrevendo-os na Lista do Patrimônio Mundial;
- b) difundir, por todo mundo, a existência deste patrimônio e procurar despertar, na opinião pública, a consciência de sua responsabilidade, respeito à salvaguarda de cada um dos bens que constituem esta Lista;
- c) proporcionar ajuda técnica ao fundo do patrimônio mundial para preservar, de todos os modos possíveis, aqueles bens, quando os recursos dos países integrantes são insuficientes. (COSTA, 2012, p. 17).

Com esta Convenção consideram-se os monumentos, os conjuntos e os sítios como forma de preservação e conservação do Patrimônio e não apenas a preservação de um monumento isolado. A Declaração de Amsterdã realizada em 1975 introduziu orientações para viabilizar a implantação de políticas de conservação integrada, conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros para esses fins. Nesta última declaração, considera-se que o “patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural” (CURY, 2004, p. 200). Aqui podemos observar o início das políticas públicas atribuídas aos segmentos federal, estadual e municipal.

Foi no dia vinte e sete de novembro de dois mil e oito na sala dos Acheiros do Palácio Imperial, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural³ (IPHAN). Na atual gestão do Prefeito Municipal de Porto Nacional, Paulo Sardinha Mourão e do Presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins Júlio Cesar Machado. Foi inscrito no Livro de Tombo Histórico disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Destacamos algumas falas de alguns conselheiros consultivo presente na Ata de Tombamento, uns a favor do tombamento de Porto Nacional e outros contra:

³ O Conselho Consultivo é um conjunto de pessoas composta pela sociedade civil com o objetivo de definir o tombamento de um bem cultural, paisagística, arqueológico entre outros.

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Tenho me preocupado sempre nas reuniões do Conselho, em nossos pareceres, em defender uma visão de conjunto, uma visão urbana de enquadramento dos edifícios, sobretudo no que se refere à arquitetura vernácula, porque me parece que esse é um espaço que devemos contemplar como o que foi aqui mencionado. Até pela insistência ao longo da minha vida, que já é longa, no estudo dos problemas urbanos brasileiros, procuro de maneira geral focalizar os edifícios, sejam ou não monumentais, sob a perspectiva de conjunto, entendendo que faz parte do valor de cada edifício a sua forma de inserção na cidade. Existe uma razão, para não dizer racionalidade, razão que dá as proporções entre os edifícios, as partes de um edifício que tem a ver com seu valor e que só podem ser compreendidas corretamente, inclusive e especialmente na sua dimensão social, quando nós relacionamos essas partes aos conjuntos. Então, sinto-me à vontade para expressar algumas linhas dessa preocupação. **Em primeiro lugar, em relação à arquitetura mais simples pela qual sempre me interessei, a partir dos desenhos do Burchell, que houvesse preocupação de preservação daqueles espaços construídos, com tanta dificuldade pela área do Tocantins, acima até ao sul do Pará.** Se foi possível a um inglês percorrer esse caminho e conhecer essa arquitetura há duzentos anos, registrar tão lindamente essas obras, é impossível que não pudéssemos, no IPHAN, fazer um trabalho semelhante. Então, com isso, declaro desde logo minha solidariedade com as administrações do Estado e do Município e com a Superintendência do IPHAN na região, pela sua preocupação com essa preservação. Portanto, essa não é uma questão em discussão. Mas há algumas que mereceriam uma reflexão da nossa parte. (IPHAN, Ata de tombamento, 2008, p. 7-8, grifo nosso).

Nesta citação podemos observar no depoimento de um dos conselheiros, Nestor Goulart, presente nesta reunião e sua preocupação para o possível tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. Enquanto a conselheira Myriam Ribeiro na exposição dos seus argumentos, na fala seguinte, demonstrou ponto negativo ao tombamento da cidade:

Vou descer um pouco o nível para um aspecto mais prático que me chamou atenção desde o início. Parece-me que pouquíssimas pessoas aqui conhecem Porto Nacional, nunca estive em Porto Nacional, para mim foi uma descoberta imaginar essa cidade lá na fronteira do Brasil, agora vou procurar me informar melhor. **Acho que fomos um pouco vítimas de duas coisas. Primeiro, do vídeo que foi apresentado. O fotógrafo se apaixonou pelos elementos artísticos, nos mostrou muitos detalhes, mas não nos apresentou um conjunto. Esse vídeo não deu uma ideia do que é Porto Nacional a partir do que foi apresentado. Por outro lado, fomos vítimas também do entusiasmo do Conselheiro Marcos de Azarnbuja pela catedral neo-gótica que deveria ser analisada dentro do contexto do século XIX.** Evidentemente, ela destoa do conjunto, precisaríamos

de uma série de estudos de outra ordem e outro tipo de conceito para analisar o seu valor. (IPHAN, Ata de tombamento, 2008, p. 14-15, grifo nosso).

Estas foram apenas duas de algumas falas dos conselheiros disponíveis na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN), uns favoráveis ao tombamento de Porto Nacional, outros contra, com suas justificativas, para chegar ao consenso do processo de tombamento. No Capítulo 2 do item que contribuem as competências do conselho consultivo, afirma que:

Art. 3º Compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente. (IPHAN, 2012, p. 2)

Ainda:

Parágrafo único. Os Conselheiros poderão requerer ao Presidente, quando considerarem relevante, que matérias referentes a intervenções em bens tombados ou no entorno deles, e questões relativas a patrimônios imateriais registrados sejam apreciadas e discutidas pelo plenário. (IPHAN, 2012, p. 3)

Ao ler o documento na íntegra e as observações nessas duas competências dos conselheiros que compõem o conselho Consultivo do Iphan, podemos verificar que não existe nenhum critério ou mesmo roteiro a ser seguido para realizar o tombamento de um bem cultural, em âmbito nacional. Cada conselheiro tem seu ponto de vista, uns conhecem bem o lugar que está em votação para ser tombado, outros não possuem nenhum conhecimento prévio da cidade, caso visto, na citação descrita anteriormente. Diferentemente dos critérios estabelecidos pela Unesco em que para compor a lista de bens tombados mundialmente, tem que seguir a risca os critérios descritos na tabela abaixo.

Quadro 2 – Critérios estabelecidos pela Unesco para o Tombamento de Bem do Patrimônio Mundial

1	representar uma obra prima do gênero criativo;
2	testemunhar uma influência considerável, durante um período dado, ou em uma área cultural determinada sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes, paisagem, planejamento urbano;
3	representar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural, uma civilização viva ou desaparecida;
4	representar um exemplo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, tecnológico
5	ser um exemplo tradicional do território ou do mar, que seja representativo de cultura ou culturas ou da interação humana com o ambiente;
6	ser diretamente ou materialmente associado aos eventos ou às tradições vivas, crenças

	obras artísticas ou literárias;
7	representar fenômenos naturais;
8	ser conjunto de grandes estágios da história da terra, compreende nos processos geológicos e geomorfológicos;
9	exemplos representativos dos processos ecológicos, biológicos;
10	representar habitat natural o mais representativo e o mais importante para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica.

Fonte: COSTA; SCARLATO, 2012.

Nota: Adaptado pela autora.

A maior parte dos conselheiros que integram o Conselho Consultivo em 2008, ano do tombamento de Porto Nacional, são profissionais como historiadores, sociólogos, arquitetos, arqueólogos, antropólogos entre outros profissionais e em sua maioria natural da região sudeste, especificadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, faz sentido as regiões sul e sudeste terem mais bens patrimonializados no Brasil conforme o atual Livro de Tombo.

4. Revisão de literatura

Dialeticamente, os lugares patrimonializados pode-se universalizar e se decompor, pois os mecanismos que servem a sua universalização os que catalisam o processo de patrimonialização são os mesmos que podem conduzi-los à fragmentação (COSTA; SCARLATO, 2012). Segundo Possamai (2000, p. 16) o patrimônio atualmente é visto como:

Preocupação de um número expressivo de países em todo mundo, reunindo profissionais de diversas áreas, que compartilham os postulados técnicos e teóricos relacionados essas tarefas. As discussões sobre o patrimônio abrangem um grande número de aspectos que vão desde a identificação de um conjunto casa vez mais abrangente de bens culturais – incluindo não apenas monumentos, mas também os bens natural e etnológico – até o gerenciamento e sustentabilidade dos patrimônios junto às comunidades locais.

O patrimônio Mundial representa, uma “verdade universal” difundida pela simbiose: Estados-nação, agências multilaterais e agentes hegemônicos do capital, que promovem, conjuntamente, a difusão global dos bens culturais e naturais do mundo, via Lista do Patrimônio Mundial (COSTA; SCARLATO, 2012). Segundo Santos (1977) citado por Costa e Scarlato (2012) consideram que se a valorização simbólica dos objetos não estiver comprometida, primeiramente, com objetivo de

preservação de nossa identidade ou da memória e sim com uma necessidade única e negligente de se agregar valor econômico os bens culturais, corre-se o risco de se perder a originalidade dos modos de vida e os símbolos de nossa “formação socioespacial”.

Em especial permite compreender os processos que moldam os olhares que analisam e classificam os processos patrimoniais, explicando e buscando soluções para a crise atual do modelo que prioriza a preservação material dos objetos, uma espécie de sacralização. Os significados do patrimônio como instrumento de desenvolvimento de identidades, formas de manutenção de poder, preservação de determinadas versões de fatos históricos, somada a questão dos valores que permeiam o processo que indica o que deve integrar a memória social, são questões simbólicas fundamentais que precisam ser discutidas no âmbito da sociologia e especialmente da comunicação. (DENCKER, 2012, p. 138).

Ainda conforme Dencker (2012, p. 150) “todo o conjunto da cultura e do patrimônio é contaminado pelo processo de mercantilização”. O consumo do patrimônio se expande influenciado pelos mecanismos que orientam os processos de turismo cultural, envolvendo o patrimônio em estratégias de promoção e *marketing*, processos mecanizados e massificados de acesso, que são produzidos e construídos. Assim, podemos verificar a ponte que liga a produção e o consumo, comercializados pelos atrativos culturais.

O consumo do patrimônio ocorre em função da mais-valia simbólica de que o produto em si é apenas a referência material. O processo de intensificação do consumo, associado a uma política quase padronizada de preservação, incentivada por organismos internacionais, leva a uma espécie de mesmismo, em que se aplicam estratégias iguais a realidades diferentes, produzindo quase uma padronização da oferta. (DENCKER, 2012, p. 150-151).

Entende-se, portanto, que o patrimônio deve ser considerado como um campo de práticas e representações que se constituem de forma autônoma e possível de problematizar e questionar a experiência patrimonial, assim, investigar os modos como o simbólico integra a memória social até se constituir como imaginário (DENCKER, 2012).

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e

sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. [...] Assim o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constroem simulacros de lugares, através da não-identidade [...](CARLOS, 1999, p. 28-29)

O que marca a experiência patrimonial da modernidade é a separação do sagrado. Os novos “deuses” passam a ser realizações humanas nas diferentes áreas de conhecimento. A racionalização se associa ao crescimento da técnica e à fragmentação do conhecimento. O sagrado acaba perdendo sua força e precisa ser substituído. Fator importante na consolidação da experiência patrimonial são as novas formas de mediação que surgem pela escrita que se torna generalizada e pela difusão da imprensa (DENCKER, 2012).

Para preservação do Patrimônio Cultural é importante que haja preocupação com os possíveis danos. De acordo com Costa e Steinke (2013, p. 213) cita quatro fatores de risco ao Patrimônio, destaca-se em:

- a) desenvolvimento e infraestrutura: habitat e desenvolvimento / infraestrutura de transporte / obras de grande escala ou infraestrutura de serviços / poluição / utilização de recursos materiais;
- b) outras atividades humanas: utilização/modificação dos recursos biológicos / utilização societal /cultural do patrimônio / outras atividades humanas / espécies transportadas ou geneticamente modificadas;
- c) catástrofes naturais e desastres: condições locais que afetam o tecido físico / clima e eventos meteorológicos importantes / eventos ecológicos ou geológicos súbitos / espécies exóticas hiperabundantes;
- d) problemas jurídicos e de gestão: gestão e fatores institucionais
- e) outros fatores: riscos de desabamento ou deterioração de edifícios construídos / problemas de estabilidade de estruturas etc.

Dos quatro fatores de riscos citados anteriormente podemos mencionar que o centro histórico de Porto Nacional-TO, está mais vulnerável a sofrer degradações por meio de ações humanas.

Fato que notamos nos dias atuais, com uma parceria feita entre o Iphan e uma marca de tinta, várias pinturas estão estampadas nas fachadas e ao entorno do Centro histórico descaracterizando sua paisagem original. Presenciamos as rugosidades definido por Santos (2012) como formas isoladas ou em arranjo, que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.

O conceito de rugosidade definido por Milton Santos (2012) são feições de um tempo anterior que se mantem. Na perspectiva de ressignificação de cidades antigas a chamada dialética da construção destrutiva que para Costa (2012) este termo é uma contradição entre a “preservação” e a mercantilização a busca da democratização e do patrimônio urbano. Assim, remete a universalidade do apoderamento mercantil e simbólico do patrimônio para o desenvolvimento de atividades que agregam as novas economias urbanas e que tem na valorização paisagístico cultural. “O patrimônio nessa transição vem servindo a construção de novas redes de lugares materializadas pelas possibilidades do capital financeiro global” (COSTA; SCARLATO, 2012, p. 104)

A ideia de totalidade estão nos objetos e ações, seus sistemas são novas totalidades que compõem a totalidade em contínuo movimento, afirmado como espaço (SANTOS, 2012). “Tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida.” (SANTOS, 2012, p. 72). Ou seja os monumentos, os bens patrimoniais tratados aqui como objetos, entende-se por rugosidades que são ações deixados no atual contexto espacial o presente, atribuídos por tempos pretéritos.

Entende-se por “tradição inventada” um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBBSAWM; RANGER, 1984, p. 10).

Neste sentido Porto Nacional, especificadamente o centro histórico, ainda preserva incipientemente algumas tradições e valores como: as festas religiosas realizadas na Catedral Nossa Senhora das Mercês, orações domiciliares, entre outros.

5. Considerações Finais

O artigo teve como propósito discutir ações e intervenções da sociedade portuense, bem como sua participação no processo de tombamento do centro histórico. Pensar o nosso país "Brasil" as e seus respectivos estados e cidades entre os mais desenvolvidos com maior índice de bens tombados, região sul e sudeste e as regiões mais isoladas e afastadas dos centros, região norte e nordeste por exemplo. É interessante compreender que o processo ocorrido pelo tramite para o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional não obteve nenhuma participação da sociedade portuense a fim de esclarecimento, sugestões, opiniões ou mesmo entrevistas com os moradores, para saber a opinião sobre a malha urbana que seria tombada pelo Iphan.

Outro aspecto importante no qual podemos mencionar é que os bens e cidades patrimonializadas estão dando importância para o patrimônio em termo de estrutura física e valores intangíveis, sendo assim mais uma fonte de renda para a sociedade local. Há então uma homogeneização dos lugares. Cabe aqui, ainda, um questionamento, não em resposta a pergunta feita na introdução, mas uma indagação. É notória que a participação das dezessete pessoas que compunham a sociedade civil no Conselho Consultivo realizada na 59ª Reunião, cidade do Rio de Janeiro, não eram pessoas que residiam em Porto Nacional, portanto não conheciam os valores culturais da cidade e também da região.

Os bens culturais de Porto Nacional-TO, localizados no centro histórico nada mais é que a reprodução técnica do capitalismo em que os homens dão forma, conteúdo e função. Para Milton Santos (2012) esse processo resume em ações técnico-científico-informacional. O tombamento de Porto Nacional foi a primeira do estado do Tocantins com isso trouxe maior visibilidade. Assim entendemos que o "Patrimônio" é uma ação de mercantilização, incluindo capital, poder político e poder econômico. Com as informações apresentadas podemos crer que não houve em nenhum momento a participação da sociedade portuense para o processo de tombamento. Assim podemos deduzir que houve interesses políticos e econômicos para o tombamento da cidade. Uma vez que o estado do Tocantins já era autônomo e precisava de uma "identidade" algo que representasse a memória e a história dos tocaninenses e o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO veio com propósito de firmar e fixar nas pessoas a sua identidade cultural desvinculada de Goiás, assim, afirmar e comprovar que Porto Nacional é a capital da cultura. O tombamento da cidade trouxe uma visibilidade maior, com a discussão entendemos que além da sociedade o patrimônio também não é ingênuo.

6. Referências

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. IN: YÁZIGI, E.;
- CARLOS, Ana F.; CRUZ, Rita de Cássia (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p.25-37.
- CLAVAL, Paul. Lieux de mémoire. **Revista espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n 19, p. 89-106, 2005. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3495/2423>> Acesso em: 7 nov. 2013.
- COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, v. XLVII, n. 93, 2012, p. 5-28. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2012-93/93_01.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2012.
- COSTA; Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da humanidade: universalismo de um aponderamento territorial soberano. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre a história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COSTA, Everaldo Batista da; STEINKE, Valdir Adilson. Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento: desígnios à cultura e à natureza. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 25, p. 200-230. 2013. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/402/503>>. Acesso em: 3 nov. 2013.
- CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 407p
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Valor patrimonial: memória social e poder In: COSTA; Everaldo Batista da Costa; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre a história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IPHAN. **Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=A51F0D0C5DA2D7472786AB7CB0AA8FDE?id=2743>>. Acesso em: 03 nov. 2013.
- _____. **Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO: Centro Histórico de Porto Nacional, notícia história**. 2007.
- _____. **Lista dos bens culturais inscritos nos livros do tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- _____. **Portaria nº 486, de 29 de novembro de 2012**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 2012. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3249>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890**. Anápolis: UEG, 2010.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre, v. 25, n. 27, p. 13-24, jan./jun. 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.